

Pesquisa mostra que Dilma vem conquistando o eleitorado feminino, diz especialista

A Agência Patrícia Galvão conversou com Fátima Pacheco Jordão, especialista em pesquisa de opinião e diretora do Instituto Patrícia Galvão, para repercutir os resultados da pesquisa CNI/Ibope (*'Aprovação de Dilma bate recorde e chega a 77%'*).

Além de destacar como um dos principais achados da pesquisa o dado de que as notícias sobre o governo mais lembradas espontaneamente são justamente os “programas sociais e ações voltadas para as mulheres”, Fátima Jordão comenta: *“É interessante olhar a pesquisa por recorte de sexo, lembrando que, em 2010, Dilma Rousseff recebeu menos votos das mulheres do que dos homens; na pesquisa de hoje observa-se um equilíbrio:*

Avaliação atual do governo

(Ótimo+Bom) Total 56% Homens 54% Mulheres 57%

Expectativa futura

(Ótimo+Bom) Total 58% Homens 57% Mulheres 60%

Confiança

Confiam Total 72% Homens 73% Mulheres 71%

Em outras palavras: o discurso da presidenta Dilma Rousseff e suas ações têm tido boa ressonância no eleitorado feminino.”

Contato com a fonte

Fátima Pacheco Jordão – socióloga e especialista em pesquisas de opinião
(11) 3826.7651 / 9423.9402 – fpjordao@uol.com.br

Avanços e recuos do governo colocam as políticas para as mulheres no centro dos debates

(Agência Patrícia Galvão) Imprensa destaca avanços e recuos do governo federal, que colocam os direitos das mulheres e de LGBT no centro dos debates. Veja alguns exemplos:

Hélio Schwartsman, colunista da Folha de S.Paulo, 03/03/2012:

“Para mim, a Comissão da Verdade é absolutamente necessária, e a indicação de Eleonora

Menicucci para a pasta das Mulheres foi o ponto alto da reforma ministerial da presidente Dilma Rousseff. Não concordo, portanto, com nenhuma linha dos manifestos com críticas ao governo que oficiais da reserva vêm publicando.” - [Militares de pijama, por Helio Schwartsman \(Folha de S.Paulo - 03/03/2012\)](#)

João Bosco Rabello, colunista do O Estado de S. Paulo, 04/03/2012:

“Crivella será o contraponto interno a vozes como a da nova ministra Eleonora Menicucci, que estreou com um discurso pró-aborto, e adversário de causas como a cartilha anti-homofóbica - posições que conflitam com as convicções da própria presidente, adormecidas em favor da estratégia eleitoral.” - [Dilma e o 'efeito Crivella', por João Bosco Rabello \(O Estado de S. Paulo - 04/03/2012\)](#)

Fernando Rodrigues, colunista da Folha de S. Paulo, 03/03/2012:

“Essas duas nomeações recentes, a de Crivella e a de Menicucci, mostram como há ainda uma assimetria no trato de determinados temas dentro do Estado brasileiro. A ministra das Mulheres, como se sabe, é uma histórica defensora dos direitos iguais entre os sexos e da descriminalização do aborto.

No governo, Menicucci rendeu-se ao discurso anódino do Planalto. Aborto? Fica para o Congresso decidir. E não se fala mais nisso.

Já Crivella, criacionista e descrente da teoria da evolução, pode derrubar quantas vezes quiser o muro que deveria separar igreja e Estado.” - [Minhocas e amebas, por Fernando Rodrigues \(Folha de S.Paulo - 03/03/2012\)](#)

Marta Suplicy, colunista semanal da Folha de S.Paulo, 03/03/2012:

“Os caminhos políticos são árduos, e o recrudescimento do conservadorismo tem tido um preço -que não favorece as milhares de mulheres que morrem por aborto nem os gays trucidados por homofobia. A presidenta tem sido cautelosa no assunto. A nomeação de uma ministra que pensa diferentemente dessas forças foi um alento nesse impasse que parece uma muralha erigida por alguns no país e no Congresso Nacional. Viva o dia 8 de março!” - [De princesa a presidenta, por Marta Suplicy \(Folha de S.Paulo - 03/03/2012\)](#)

[Perfil de Eleonora Menicucci de Oliveira, nova ministra das Mulheres](#)

(*Agência Patrícia Galvão*) Eleonora Menicucci de Oliveira, nova ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, cultiva a imagem de pesquisadora feminista com visão política independente, uma vez que é filiada ao Partido dos Trabalhadores, mas não participa do dia-a-dia do partido.

Mineira da cidade de Lavras, nascida em 21 de agosto de 1944, é divorciada e tem dois filhos - Maria, de 42 anos, e Gustavo, com 37 - e três netos, Stella, João e Gregório.

Na juventude, interessa-se pelo ideário socialista e inicia sua participação em organizações de esquerda após o golpe militar de 64. Passou quase três anos na cadeia em São Paulo, de 1971 a 1973.

Ao sair da prisão, reorganiza sua vida em João Pessoa, na Paraíba, onde inicia sua carreira docente na Universidade Federal da Paraíba. É nesse período que a militância feminista e a paixão pela pesquisa sobre as condições de vida das mulheres brasileiras ganham relevo na sua trajetória acadêmica e política.

Eleonora Menicucci de Oliveira é feminista de primeira hora, da chamada “segunda onda do feminismo brasileiro”, que acontece a partir de 1975.

Como pesquisadora e professora titular da Universidade Federal de São Paulo, publica regularmente artigos e estudos sobre temas críticos da condição das mulheres nos campos da saúde, violência e trabalho.



Breve curriculum da nova ministra Eleonora Menicucci de Oliveira

Professora Titular em Saúde Coletiva no Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Atualmente é Pró-Reitora de Extensão da Unifesp.

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1983), doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1990), pós-doutorado em Saúde e Trabalho das Mulheres pela Faculdade de Medicina della Università Degli Studi Di Milano (1994/1995) e livre docência em Saúde Coletiva pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1996).

Experiência acadêmica e docente nas áreas de Sociologia e Saúde Coletiva, com ênfase em Sociologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes campos de pesquisa: saúde e relações de gênero; violência de gênero e saúde; mulher trabalhadora e saúde; saúde reprodutiva e direitos sexuais.

Sua trajetória acadêmica é marcada por participações em conselhos e comissões e por consultorias em políticas públicas e direitos das mulheres.

Atividades relevantes na sociedade civil

2006 a 2011 - **Membro do Grupo de Trabalho de Gênero da Abrasco** (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva), criado em 1995 com a finalidade de contribuir com o ensino e a produção do conhecimento sobre os impactos das desigualdades

sociais entre homens e mulheres na saúde.

2008 até o momento - **Membro do Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA)**, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

2003 a 2007 - **Assessora especial da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT (Central Única dos Trabalhadores)**.

2002 a 2004 - **Relatora para os Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma Dhesca Brasil**. A Plataforma Dhesca surgiu como um capítulo da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD), que se articula desde os anos 1990 para promover a troca de experiências e a soma de esforços na luta pela implementação dos direitos humanos.

1998 - **Cofundadora e coordenadora da Casa de Saúde da Mulher Domingos Delascio** da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que atende mulheres vítimas de violência sexual.

1990 a 1994 - **Membro do Conselho Nacional de Saúde**, vinculado ao Ministério da Saúde, instância máxima de deliberação do Sistema Único de Saúde (SUS), representando a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

1990 a 1994 - **Membro da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (CISMU)** vinculada ao Conselho Nacional de Saúde, para formulação, monitoramento e controle das políticas públicas da saúde integral da mulher.

1991 - **Cofundadora da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Sexuais**.

1984 a 1986 - **Membro e coordenadora do Grupo de Trabalho de Gênero da ANPOCS** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

1983 - **Membro do Grupo de trabalho que assessorou a Comissão Especial convocada pelo Ministério da Saúde (MS) para a redação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM)**. O grupo foi constituído pela médica Ana Maria Costa, da equipe do MS; Maria da Graça Ohana, socióloga da Divisão Nacional de Saúde Materno-Infantil (DINSAMI); Aníbal Faúndes e Osvaldo Grassioto, ginecologistas e professores do Departamento de Tocoginecologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), indicados pelo dr. José Aristodemo Pinotti, chefe daquele departamento.

Décadas de 1980 e 1990 - **Assessora especial da Comissão Nacional de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT)**.

1983 - **Membro da 1ª Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores**.

Participação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

1- Nas gestões de Ruth Escobar (1985/1986), Jacqueline Pitanguy (1986/1989) e Rosiska Darci de Oliveira (1995/1999), contribuiu como consultora técnica para as áreas de saúde integral da mulher e violência de gênero.

2- Na gestão Jacqueline Pitanguy (1986/1989), foi membro da 1ª Conferência da Saúde e Direitos da Mulher.

3- Na gestão de Nilcéa Freire (2004/2011), foi membro do Grupo Técnico de elaboração dos Editais para Pesquisas de Gênero, em conjunto com o CNPq.

Alguns artigos publicados

Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem

violência. Oliveira, E. M.; Amaral, L. V. C.; Vilella, Wilza Vieira; Lima, L. F. P.; Paquier, D. C.; Vieira, T. F.; Vieira, M. L. In *Saúde e Sociedade* (USP. Impresso), v. 20, p. 113-123, 2011.

Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo, Oliveira, Eleonora Menicucci de; Barbosa, Rosana Machin ; Moura, Alexandre Aníbal Valverde M. de; von Kossel, Karen; Morelli, Karina; Botelho, Luciane Francisca Fernandes; Stoianov, Maristela. In *Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 376-382, 2005.

Reestruturação produtiva e saúde no setor metalúrgico: a percepção das trabalhadoras. Oliveira, E. M. In *Sociedade e Estado*, v. 21, p. 169-198, 2006.

[Link para o currículo Lattes atualizado](#)

Leia mais: [Dilma anuncia hoje nova ministra da Secretaria das Mulheres](#)

[As relações de gênero entre mães e filhas/os na solidão, por Eleonora Menicucci \(Viomundo - 09/02/2012\)](#)

O PT dá um passo importante em favor da igualdade de gênero, dizem especialistas

(Patrícia Negrão, da Agência Patrícia Galvão) *O Partido dos Trabalhadores aprovou a cota de 50% para mulheres na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias. A composição paritária entre homens e mulheres na direção do Partido dos Trabalhadores (PT) passa a valer a partir do próximo Processo de Eleições Diretas (PED), em 2013.*



Especialistas entrevistados pela Agência Patrícia Galvão analisam o quanto a força política das mulheres dentro do partido irá refletir no seu poder de decisão e no aumento do número de candidaturas de mulheres.

O PT dá um passo importante, mas só isso não basta para haver igualdade de gênero



Teresa Sacchet- cientista política e pesquisadora
Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP
São Paulo/SP
(11) 3091-3272 (nupps) - 8110-3570 - teresa.sacchet@gmail.com

“Na política, a tendência é que, quando um partido dá um passo na direção de ampliar os direitos de determinados grupos sociais, outros partidos o seguem com o objetivo de não perderem voto daquele setor. O PT iniciou um movimento em favor da igualdade de gênero, vamos esperar que os outros façam o mesmo, que haja novamente o efeito de contágio.”

“Porém, só isso não basta para haver igualdade de gênero. De 1991 para cá, ou seja, nestes 20 anos, o PT só cumpriu a cota de 30% de mulheres em nível nacional, e no nível estadual e municipal nem sempre. Portanto, há necessidade de maior controle e fiscalização para que as cotas sejam realmente implementadas em todos os níveis da instância partidária.” - [Leia a entrevista na íntegra.](#)

Com mais mulheres na direção dos partidos, haverá mais mulheres no Executivo e no Legislativo



José Eustáquio Diniz Alves - demógrafo
Professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da [Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE](#)
Rio de Janeiro/RJ
(21) 214246 89 / 2142-46 96 / 9966 6432 - jedalves@ibge.gov.br

“Em si só, a medida já é um avanço muito grande, porque os partidos são estruturas importantes. Além disso, as direções influenciam as candidaturas, ou seja, quanto mais mulheres nas direções partidárias, mais apoio a mulheres para se candidatarem. Os partidos que têm mulheres na sua estrutura partidária conseguem eleger mais mulheres.” - [Leia a entrevista na íntegra.](#)

[Entrevista com Guacira Oliveira: ‘As mulheres chegam a Brasília para dizer que existem, que têm exigências, demandas e rumo para a sociedade’](#)

(Patrícia Negrão, da Agência Patrícia Galvão) “As mulheres que não fazem parte do sistema político ocupado por homens chegam a Brasília para dizer que existem, que têm exigências, demandas e rumo para a sociedade”

Leia a entrevista na íntegra:



Guacira de Oliveira - socióloga do colegiado de gestão do Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) e integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras e do Fórum de Mulheres do Distrito Federal
Brasília/DF
Tels. (61) 3224.1791 / 9984.5616 - guacira@cfemea.org.br

“A Marcha das Margaridas é uma importante agenda de luta dos movimentos de mulheres que coloca, de maneira expressiva, no centro do poder, uma pauta diversificada e que mostra a complexidade e as mudanças que as mulheres produzem no país. Há mais de um ano começou a construção da Marcha deste ano, com os primeiros seminários para discutir a pauta, a agenda.

Foram meses e meses de mobilização; 500 mil rifas vendidas, além de festas e churrascos organizados por mulheres em todo o Brasil, para garantir uma parte dos recursos para discutir a agenda e vir a Brasília.

As trabalhadoras rurais, as mulheres da floresta, as ribeirinhas - mulheres que não fazem parte do sistema político ocupado por homens - chegam a Brasília para dizer que existem, que têm exigências, demandas e rumo para a sociedade. E elas não estão olhando só para si mesmas, o que já seria muito importante, mas para o Brasil todo

Hoje, o governo federal está envolvido em dar uma resposta para essa agenda construída pelas mulheres. Já foram feitas reuniões em todos os ministérios, muitas delas com a presença do ministro ou ministra do cargo ou um secretário que o representasse.

As mulheres do campo têm o protagonismo da Marcha; elas fundaram a mobilização e a consolidaram com anos e anos de organização e muito trabalho. Hoje, na Contag, há mulheres poderosas e comprometidas, como a Carmen Foro. O fato de termos a primeira presidenta do Brasil também estimulou as mulheres a serem mais proativas, mais exigentes, a construir uma pauta mais forte.”

Mais Mulheres no Poder no Brasil: ventos novos ou brisa passageira? (APG)

(*Agência Patrícia Galvão*) O país vive um momento inédito com a eleição da presidenta Dilma Rousseff e a nomeação de 9 ministras para seu governo. Nunca o Brasil teve tantas mulheres nos postos mais altos do Executivo.



- São “ventos novos” ou apenas uma “brisa passageira” trazida pela eleição da presidenta Dilma?
- Haverá repercussões na cultura política de poder masculino dos partidos?
- Os debates sobre a participação política das mulheres terão mais importância na reforma política?

A Agência de Notícias Patrícia Galvão ouviu pesquisadores, parlamentares e ativistas feministas para a análise deste tema, entrevistando Claudio Couto (cientista político e professor da FGV/SP), Luiza Erundina (deputada federal), Renato Janine Ribeiro (filósofo e professor da USP), Silvia Camurça (socióloga que integra a coordenação da Articulação de Mulheres Brasileiras) e Tatau Godinho (socióloga que integra a coordenação da Marcha Mundial das Mulheres). [\[clique nos links coloridos para acessar na íntegra\]](#)



Cláudio Gonçalves Couto, cientista político, professor do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getulio Vargas/SP

Maior mudança na cultura política masculina talvez seja lidar com uma presidenta

“O principal fator para a mudança na cultura política masculina dos partidos talvez seja a necessidade de lidar, cotidianamente, com uma presidenta, tendo-se de deparar o tempo todo com essa condição para se fazer referência a ela. Um exemplo é o triste episódio em que dois parlamentares, Arthur Virgílio (PSDB-AM) e ACM Neto (DEM-BA), ameaçaram dar uma surra no presidente Lula. À época pegou muito mal. O desastre seria ainda maior se a ameaça se dirigisse contra uma presidenta mulher. É um exemplo extremo, mas mostra como os políticos, em sua maioria homens dotados dessa cultura de poder masculino (que chega à lógica de “sair no braço”), terão de lidar de forma distinta com uma presidenta. Isto tende a transbordar para a vida política em geral, tendo em vista a importância que a relação com a Presidência da República tem para o imaginário político nacional.”



Luiza Erundina, deputada federal (PSB/SP)

Mesmo os partidos mais progressistas, mais populares e de esquerda não têm uma política de incorporação de mulheres

“Os partidos políticos são mais resistentes à emancipação política das mulheres do que quaisquer outras instituições e, dentro dos partidos, não houve nenhum avanço. A limitação de representantes mulheres no Congresso é fruto das direções autoritárias, totalizadoras e machistas dos partidos políticos. Mesmo os partidos mais progressistas, mais populares e de esquerda não têm uma política de incorporação de mulheres. Ao contrário, durante os processos eleitorais, não apoiam e estimulam as candidaturas das mulheres, não ajudam a resolver os impasses, as dificuldades financeiras e de infraestrutura que a mulher enfrenta ao disputar o poder nas eleições em geral. Isso nos coloca a necessidade de uma reflexão sobre os dispositivos legais que precisam ser incorporados nas políticas públicas, nas políticas sociais e na reforma política.”



Renato Janine Ribeiro, professor titular de ética e filosofia política na USP

Seria um mito dizer que a mulher é mais acolhedora, negociadora?

“Dilma Rousseff não faz política diferente de como um homem faria. Ela escolheu para sua equipe pessoas que governam com dureza. Não sei se é possível fazer diferente, mas também não acredito que haverá mudanças de fato na maneira de governar somente porque se substituiu um homem por uma mulher, sem que isso represente uma mudança efetiva da postura da mulher na sociedade. Podemos, então, pensar que se faz necessária uma reforma política mais radical do que apenas constitucional. Mas esse assunto é complexo, pois há um grande risco de esse tipo de discussão acabar criando o mito do feminino e de que a presidenta Dilma não é feminina. Quem seria feminina? Mulheres mais passivas e subservientes? Seria um mito dizer que a mulher é mais acolhedora, negociadora? Há, realmente, diferença entre homens e mulheres?”



Silvia Camurça, socióloga que integra a coordenação da Articulação das Mulheres Brasileiras

Governos dos Estados começam a se sentir constrangidos e passam a aumentar o número de mulheres em suas equipes

“A presença de uma mulher na Presidência da República tem efeito cascata. Muitos governos dos Estados começam a se sentir constrangidos e passam a aumentar o número de mulheres em suas equipes, mesmo que de maneira tímida e insuficiente. No governo de Pernambuco, por exemplo, havia apenas uma secretária e, este ano, são quatro. Ainda é pouco, mas já é um sinal de mudança. Um outro exemplo é a nomeação da delegada Martha Mesquita Rocha para a chefia da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que passa a ser a primeira mulher a comandar cerca de 12 mil policiais. Ficou muito evidente o esforço de Dilma Rousseff para tentar colocar 30% de mulheres à frente de ministérios. Esta proposta foi inviabilizada pelos partidos. Esse ambiente cria uma tensão política, ou seja, os governantes dos Estados vão pensar duas vezes antes de não nomear nenhuma mulher ou apenas uma.”



Tatau Godinho, socióloga, é assessora parlamentar na Assembléia Legislativa de São Paulo e integra a Marcha Mundial das Mulheres

Uma mulher à frente de um ministério acumula legitimidade para uma disputa partidária

“Uma mulher no principal cargo do país influencia a maneira como as pessoas passam a ver as mulheres nos espaços de poder e da política; legitima essa participação política. Ao compor um ministério com um número expressivo de mulheres, a presidenta Dilma desafiou e questionou o preconceito e a prática social recorrente de se nomearem só homens para ocupar os cargos políticos mais importantes. O Parlamento funciona como seleção de quadros para o Executivo e vice-versa. A seleção de quadros para a disputa parlamentar se faz nos movimentos sociais, nas entidades representativas e também no Executivo. Ou seja, a dirigente de uma secretaria de Estado, por exemplo, acumula legitimidade para

uma disputa partidária. Portanto, o aumento das mulheres nos cargos executivos torna possível o aumento de mulheres em cargos públicos, mas isso não é automático.”

Saiba quem são as mulheres que irão compor o ministério de Dilma Rousseff

(Agência Patrícia Galvão) As mulheres confirmadas para compor a equipe de governo da presidente eleita Dilma Rousseff apresentam currículos técnicos e políticos extremamente qualificados. Saiba quem são elas:

CONFIRMADAS

ANA BUARQUE DE HOLLANDA - Ministério da Cultura

HELENA CHAGAS - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

IDELI SALVATTI - Ministério da Pesca e Aquicultura

IRINY LOPES - Secretaria de Políticas para as Mulheres

IZABELLA TEIXEIRA - Ministério do Meio Ambiente

LUIZA BAIROS - Secretaria de Igualdade Racial

MARIA DO ROSÁRIO - Secretaria dos Direitos Humanos

MIRIAM BELCHIOR - Ministério do Planejamento

TEREZA CAMPELO - Ministério do Desenvolvimento Social



CONFIRMADA: ANA BUARQUE DE HOLLANDA - Ministério da Cultura

(orçamento para 2011: R\$ 2 bilhões; 267 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

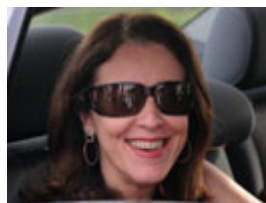
A cantora foi diretora de Música da Funarte (Fundação Nacional de Arte).

Nascida em 12 de agosto de 1948, no Rio de Janeiro, a cantora e atriz trabalhou no Centro Cultural São Paulo (1982 a 1985), da Secretaria Municipal de São Paulo, e chefiou o setor de música do órgão. Foi também Secretária de Cultura do Município de Osasco-SP (1986 a 1988), e diretora do Centro de Música da Funarte (Fundação Nacional de Arte), de 2003 a 2007.

Estreou nos palcos aos 16 anos, acompanhando o irmão Chico Buarque, no show “Primeira Audição”. Gravou três discos e participou de gravações de discos de Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Toquinho e Miúcha. Como atriz, participou de vários espetáculos, entre eles “O Reino Deste Mundo”. Escreveu, em parceria com a dramaturga Consuelo de Castro, a peça “Paixões

Provisórias” e em 1993 participou do musical “Nunca Te Vi, Sempre Te Amei”.

Fonte: [Cantora e irmã de Chico Buarque, Ana de Hollanda assume ministério](#)



CONFIRMADA: HELENA CHAGAS - Secretária de Comunicação Social da Presidência da República

(orçamento vinculado à Presidência; 68 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

A jornalista Helena Chagas, que atualmente chefia a equipe de imprensa do governo de transição, foi convidada a comandar a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, órgão com status de ministério.

Formada em jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), Helena Chagas começou como repórter do jornal O Globo, no qual trabalhou durante dez anos, até ingressar no Senado, por meio de concurso, e trabalhar como repórter e produtora dos veículos da Casa.

Em 1995, Helena Chagas retornou ao Globo, onde ficou por mais 11 anos. Durante esse tempo foi coordenadora da área de política, chefe de redação e diretora da sucursal em Brasília.

Em maio de 2006, Helena Chagas assumiu a diretoria de jornalismo da sucursal de Brasília do SBT. Em novembro de 2007, passou a comandar a Diretoria de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Em abril de 2010 deixou a EBC para coordenar a área de imprensa da campanha de Dilma Rousseff.

Fonte: [Helena Chagas será ministra da Secretaria de Comunicação da Presidência](#)



CONFIRMADA: IDELI SALVATTI - Ministério da Pesca e Aquicultura

(orçamento para 2011: R\$ 552 milhões; 101 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Nascida em São Paulo, em 18 de março de 1952, é formada em Física pela Universidade Federal do Paraná. De 1973 a 1976 atuou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Curitiba. Uma das fundadoras do PT catarinense, foi professora da rede pública de ensino estadual entre 1983 e 1994, período em que atuou no movimento sindical da categoria. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE/SC) por dois mandatos, em 1989 e em 1992, e foi uma das fundadoras da Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC).

Em 1994, foi eleita deputada estadual e reeleita em 1998. Em 2002, concorreu ao Senado e foi eleita a primeira senadora do estado de Santa Catarina. Foi líder do PT no Senado em 2006, e chegou a líder do governo Lula no Congresso, em 2009. Em 2010, a senadora disputou o

governo de Santa Catarina e ficou em terceiro lugar.

Em 2005 teve seu primeiro projeto transformado em Lei. Trata-se da chamada Lei do Parto, que garante às gestantes o direito a escolher um acompanhante para a hora do parto.

Em 2009, a senadora Ideli assumiu a presidência da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. Ela integra ainda no Senado, como titular, as comissões de Constituição e Justiça e de Infra-Estrutura, e é suplente em mais três comissões: Educação, Assuntos Sociais, e Assuntos Econômicos.

Fonte: [Ideli Salvatti deixa Congresso para assumir Ministério da Pesca](#)



CONFIRMADA: IRINY LOPES - Secretaria de Políticas para as Mulheres

(orçamento vinculado à Presidência; 20 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Nascida no dia 12 de fevereiro de 1956, em Lima Duarte (MG), ainda jovem mudou-se para o Espírito Santo, onde construiu sua trajetória como ativista da defesa dos direitos humanos.

Desde 1984, a deputada Iriny Lopes integra o Partido dos Trabalhadores, tendo sido reeleita em 2010 para seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados.

É uma das fundadoras do PT e integrante da sua direção nacional, já tendo sido presidente do PT municipal, em Vitória, e do PT estadual por dois mandatos.

Comprometida com os direitos sociais, econômicos e culturais, defende o direito à moradia digna, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra em todas as ações pela reforma agrária, os direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, dos idosos, dos índios, negros e outras minorias étnicas, dos portadores de necessidades especiais e a luta por um Brasil sem homofobia.

Participou da criação do Fórum Reage/ES, de combate à corrupção e enfrentamento das organizações criminosas que atuam no Espírito Santo. Essa luta a colocou em situação de risco de morte, motivo da proteção da Polícia Federal, desde 1999, amparada até em determinação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Eleita deputada federal em 2002, integrou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, a Comissão de Meio Ambiente e o Conselho de Ética da Câmara. Em março de 2005, foi indicada para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, tornando-se, assim, a primeira mulher a ocupar a presidência dessa comissão.

Fonte: [Deputada Federal Iriny Lopes](#)



CONFIRMADA: IZABELLA TEIXEIRA - Ministério do Meio Ambiente

(orçamento para 2011: R\$ 3,3 bilhões; 318 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Nascida em Brasília (DF), Izabella Teixeira é funcionária de carreira do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) desde 1984. É formada em biologia pela Universidade de Brasília (UnB), com mestrado em Planejamento Energético e doutorado em Planejamento Ambiental pela COPPE/UFRJ.

Exerceu a condução e a gerência executiva de projetos e programas ambientais de programas de cooperação internacional. Professora de MBA e de cursos ambientais em diferentes universidades (UFRJ, escola politécnica), é especialista em avaliação ambiental estratégica. Foi subsecretária de estado do Meio Ambiente da Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro (2007 a 2008) e secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente (2008 a 2010). Em abril de 2010 assumiu o cargo de ministra do Meio Ambiente.



CONFIRMADA: LUIZA BAIROS - Secretaria de Igualdade Racial

(orçamento vinculado à Presidência; 20 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Luiza Helena de Bairros nasceu a 27 de março de 1953 em Porto Alegre (RS). Bacharel em Administração Pública e Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com conclusão em 1975; especialista em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Ceará concluindo em 1979; mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Sociologia pela Michigan State University no ano de 1997.

Trabalhou entre 2001 a 2003 no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na coordenação de ações interagenciais e de projetos no processo de preparação e acompanhamento da III Conferência Mundial Contra o Racismo - relação Agências Internacionais/Governo/Sociedade Civil. Entre 2003 a 2005 trabalhou no Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional - DFID, na pré-implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional para os Estados de Pernambuco e Bahia.

Entre 2005 a 2007 foi consultora do PNUD para questões de gênero e raça, como coordenadora do programa de combate ao Racismo Institucional (PCRI) na Prefeitura da Cidade do Recife, Prefeitura Municipal de Salvador e Ministério Público de Pernambuco.

Enquanto docente trabalhou na Universidade Católica de Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), dentre outras.

No dia 8 de agosto de 2008 tomou posse como titular da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (Sepromi). Dona de uma trajetória respeitável, Luiza é reconhecida como uma das principais lideranças do movimento negro no país.

Fonte: <http://www.mulher500.org.br>



CONFIRMADA: MARIA DO ROSÁRIO - Secretaria dos Direitos Humanos

(orçamento vinculado à Presidência; 39 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Maria do Rosário é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual fez mestrado em educação e violência infantil. É especialista em estudos sobre violência doméstica pelo Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo (Lacri/USP).

Maria do Rosário tem 44 anos, e é natural de Veranópolis (RS). Iniciou sua militância no movimento estudantil e no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. Foi vereadora de Porto Alegre por dois mandatos (1993-1999), tendo presidido as comissões de Educação e de Direitos Humanos, além de ser líder do PT e do governo municipal na Câmara.

Como deputada estadual (1999-2003), Maria do Rosário foi presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e vice-presidente da Assembleia Legislativa gaúcha por dois anos. Em 2002, foi eleita deputada federal, sendo reeleita em 2006.

No Congresso Nacional, foi relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Representou a Câmara na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos durante o regime militar e foi presidente da Comissão Especial da Lei Nacional da Adoção.

Desde 2003, coordena a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foi vice-presidente das Comissões de Direitos Humanos e Minorias, e Educação e Cultura. Em 2009, presidiu a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, tendo se destacado, entre tantos temas, por coordenar uma série de debates em todo o Brasil sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020).

Desde 2005, integra a direção nacional do PT. Em 2008, Maria do Rosário foi candidata à prefeita de Porto Alegre. Atualmente é vice-líder da bancada do PT na Câmara Federal, membro titular da Comissão de Educação e Cultura, e suplente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e da Comissão Mista de Orçamento. Integrou a coordenação que elabora o Programa de Governo da candidata Dilma Rousseff na campanha à Presidência deste ano.

Fonte: <http://www.mariadorosario.com.br/index.php>



CONFIRMADA: MIRIAM BELCHIOR - Ministério do Planejamento

(orçamento para 2011: R\$ 16,3 bilhões; 518 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Miriam Belchior está há oito anos no governo federal. Em 2002, ela participou da equipe que fez a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luiz Inácio Lula da Silva.

No primeiro governo Lula, Belchior foi assessora especial da Presidência até junho de 2004, quando foi chamada pelo então ministro da Casa Civil, José Dirceu, para desempenhar a função de subchefe de Avaliação e Monitoramento da pasta. No primeiro mandato de Lula, Belchior também auxiliou o governo na integração dos programas sociais.

A futura ministra é a atual coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cuja gestão, a partir do ano que vem, passará para o âmbito do Ministério do Planejamento. Ela era secretária-executiva do PAC quando substituiu na função a presidente eleita, Dilma Rousseff, que coordenava o programa na condição de ministra da Casa Civil.

Oriunda dos movimentos sociais, Miriam Belchior tem 54 anos e iniciou a vida política no ABC paulista. Engenheira de alimentos, formada pela Universidade de Campinas (Unicamp), a futura ministra fez mestrado em Administração Pública e Governamental pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de São Paulo, com a dissertação "A Aplicação do Planejamento Estratégico Situacional em Governos Locais: Possibilidades e Limites - os casos de Santo André e São José dos Campos".

Entre 2001 e 2008, foi professora da Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento de Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), ligada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto.

De janeiro de 1997 a dezembro de 2000, ela foi secretária de Administração e Modernização Administrativa da Prefeitura de Santo André, e, de janeiro de 2001 a novembro de 2002, secretária municipal de Inclusão Social e Habitação. Na Prefeitura de Santo André, coordenou ainda o Programa de Modernização Administrativa, selecionado como uma das 100 melhores práticas públicas do mundo pela ONU em 2000.

Fonte: [Saiba quem é Miriam Belchior, futura ministra do Planejamento](#)



CONFIRMADA: TEREZA CAMPELLO - Ministério do Desenvolvimento Social
(orçamento para 2011: R\$ 43,1 bilhões; 206 cargos de livre nomeação:
fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Paulista de Descalvado e formada em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (MG), Tereza Campello tem 48 anos e se diz gaúcha por adoção. Atual coordenadora de Projetos Estratégicos da Casa Civil, Tereza conhece Dilma Rousseff desde o final dos anos 80; as duas fizeram parte do grupo gaúcho que participou da equipe de transição do governo Lula em 2002.

Tereza Campello trabalha desde 1989 em administrações petistas, tendo começando na Secretaria da Fazenda de Porto Alegre. Desde então trabalhou com Olívio Dutra (na prefeitura e no governo) e com os ex-prefeitos Raul Pont e Tarso Genro.

Fundadora do PT, suas primeiras ações na prefeitura, em 1989, foram de ajudar na reforma tributária municipal e nas negociações com servidores que estabeleceram a bimestralidade nos reajustes.

Fonte: [Veja perfil de Tereza Campello, economista do RS](#)

Leia também: [Com 9 mulheres, Dilma supera 'cota' de Lula, FHC, Collor, Itamar e Sarney \(Portal G1 - 26/12/2010\)](#)

[Saiba quem são as mulheres que irão compor o ministério de Dilma Rousseff](#)

(*Agência Patrícia Galvão*) As mulheres confirmadas para compor a equipe de governo da presidente eleita Dilma Rousseff apresentam currículos técnicos e políticos extremamente qualificados. Saiba quem são elas:

CONFIRMADAS

ANA BUARQUE DE HOLLANDA - Ministério da Cultura

HELENA CHAGAS - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

IDELI SALVATTI - Ministério da Pesca e Aquicultura

IRINY LOPES - Secretaria de Políticas para as Mulheres

IZABELLA TEIXEIRA - Ministério do Meio Ambiente

LUIZA BAIROS - Secretaria de Igualdade Racial

MARIA DO ROSÁRIO - Secretaria dos Direitos Humanos

MIRIAM BELCHIOR - Ministério do Planejamento

TEREZA CAMPELO - Ministério do Desenvolvimento Social



CONFIRMADA: ANA BUARQUE DE HOLLANDA - Ministério da Cultura

(orçamento para 2011: R\$ 2 bilhões; 267 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

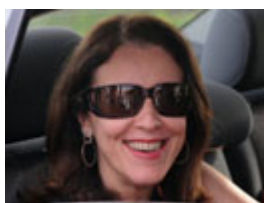
A cantora foi diretora de Música da Funarte (Fundação Nacional de Arte).

Nascida em 12 de agosto de 1948, no Rio de Janeiro, a cantora e atriz trabalhou no Centro Cultural São Paulo (1982 a 1985), da Secretaria Municipal de São Paulo, e chefou o setor de

música do órgão. Foi também Secretária de Cultura do Município de Osasco-SP (1986 a 1988), e diretora do Centro de Música da Funarte (Fundação Nacional de Arte), de 2003 a 2007.

Estreou nos palcos aos 16 anos, acompanhando o irmão Chico Buarque, no show “Primeira Audição”. Gravou três discos e participou de gravações de discos de Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Toquinho e Miúcha. Como atriz, participou de vários espetáculos, entre eles “O Reino Deste Mundo”. Escreveu, em parceria com a dramaturga Consuelo de Castro, a peça “Paixões Provisórias” e em 1993 participou do musical “Nunca Te Vi, Sempre Te Amei”.

Fonte: [Cantora e irmã de Chico Buarque, Ana de Hollanda assume ministério](#)



CONFIRMADA: HELENA CHAGAS - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

(orçamento vinculado à Presidência; 68 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

A jornalista Helena Chagas, que atualmente chefia a equipe de imprensa do governo de transição, foi convidada a comandar a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, órgão com status de ministério.

Formada em jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), Helena Chagas começou como repórter do jornal O Globo, no qual trabalhou durante dez anos, até ingressar no Senado, por meio de concurso, e trabalhar como repórter e produtora dos veículos da Casa.

Em 1995, Helena Chagas retornou ao Globo, onde ficou por mais 11 anos. Durante esse tempo foi coordenadora da área de política, chefe de redação e diretora da sucursal em Brasília.

Em maio de 2006, Helena Chagas assumiu a diretoria de jornalismo da sucursal de Brasília do SBT. Em novembro de 2007, passou a comandar a Diretoria de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Em abril de 2010 deixou a EBC para coordenar a área de imprensa da campanha de Dilma Rousseff.

Fonte: [Helena Chagas será ministra da Secretaria de Comunicação da Presidência](#)



CONFIRMADA: IDELI SALVATTI - Ministério da Pesca e Aquicultura

(orçamento para 2011: R\$ 552 milhões; 101 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Nascida em São Paulo, em 18 de março de 1952, é formada em Física pela Universidade Federal do Paraná. De 1973 a 1976 atuou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Curitiba. Uma das fundadoras do PT catarinense, foi professora da rede pública de ensino

estadual entre 1983 e 1994, período em que atuou no movimento sindical da categoria. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE/SC) por dois mandatos, em 1989 e em 1992, e foi uma das fundadoras da Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC).

Em 1994, foi eleita deputada estadual e reeleita em 1998. Em 2002, concorreu ao Senado e foi eleita a primeira senadora do estado de Santa Catarina. Foi líder do PT no Senado em 2006, e chegou a líder do governo Lula no Congresso, em 2009. Em 2010, a senadora disputou o governo de Santa Catarina e ficou em terceiro lugar.

Em 2005 teve seu primeiro projeto transformado em Lei. Trata-se da chamada Lei do Parto, que garante às gestantes o direito a escolher um acompanhante para a hora do parto.

Em 2009, a senadora Ideli assumiu a presidência da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. Ela integra ainda no Senado, como titular, as comissões de Constituição e Justiça e de Infra-Estrutura, e é suplente em mais três comissões: Educação, Assuntos Sociais, e Assuntos Econômicos.

Fonte: [Ideli Salvatti deixa Congresso para assumir Ministério da Pesca](#)



CONFIRMADA: IRINY LOPES - Secretaria de Políticas para as Mulheres

(orçamento vinculado à Presidência; 20 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Nascida no dia 12 de fevereiro de 1956, em Lima Duarte (MG), ainda jovem mudou-se para o Espírito Santo, onde construiu sua trajetória como ativista da defesa dos direitos humanos.

Desde 1984, a deputada Iriny Lopes integra o Partido dos Trabalhadores, tendo sido reeleita em 2010 para seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados.

É uma das fundadoras do PT e integrante da sua direção nacional, já tendo sido presidente do PT municipal, em Vitória, e do PT estadual por dois mandatos.

Comprometida com os direitos sociais, econômicos e culturais, defende o direito à moradia digna, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra em todas as ações pela reforma agrária, os direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, dos idosos, dos índios, negros e outras minorias étnicas, dos portadores de necessidades especiais e a luta por um Brasil sem homofobia.

Participou da criação do Fórum Reage/ES, de combate à corrupção e enfrentamento das organizações criminosas que atuam no Espírito Santo. Essa luta a colocou em situação de risco de morte, motivo da proteção da Polícia Federal, desde 1999, amparada até em determinação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Eleita deputada federal em 2002, integrou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, a Comissão de Meio Ambiente e o Conselho de Ética da Câmara. Em março de 2005, foi indicada para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, tornando-se, assim, a primeira mulher a ocupar a presidência dessa comissão.

Fonte: [Deputada Federal Iriny Lopes](#)



CONFIRMADA: IZABELLA TEIXEIRA - Ministério do Meio Ambiente

(orçamento para 2011: R\$ 3,3 bilhões; 318 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Nascida em Brasília (DF), Izabella Teixeira é funcionária de carreira do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) desde 1984. É formada em biologia pela Universidade de Brasília (UnB), com mestrado em Planejamento Energético e doutorado em Planejamento Ambiental pela COPPE/UFRJ.

Exerceu a condução e a gerência executiva de projetos e programas ambientais de programas de cooperação internacional. Professora de MBA e de cursos ambientais em diferentes universidades (UFRJ, escola politécnica), é especialista em avaliação ambiental estratégica. Foi subsecretária de estado do Meio Ambiente da Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro (2007 a 2008) e secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente (2008 a 2010). Em abril de 2010 assumiu o cargo de ministra do Meio Ambiente.



CONFIRMADA: LUIZA BAIROS - Secretaria de Igualdade Racial

(orçamento vinculado à Presidência; 20 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Luiza Helena de Bairros nasceu a 27 de março de 1953 em Porto Alegre (RS). Bacharel em Administração Pública e Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com conclusão em 1975; especialista em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Ceará concluindo em 1979; mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Sociologia pela Michigan State University no ano de 1997.

Trabalhou entre 2001 a 2003 no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na coordenação de ações interagenciais e de projetos no processo de preparação e acompanhamento da III Conferência Mundial Contra o Racismo - relação Agências Internacionais/Governo/Sociedade Civil. Entre 2003 a 2005 trabalhou no Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional - DFID, na pré-implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional para os Estados de Pernambuco e Bahia.

Entre 2005 a 2007 foi consultora do PNUD para questões de gênero e raça, como coordenadora do programa de combate ao Racismo Institucional (PCRI) na Prefeitura da Cidade do Recife, Prefeitura Municipal de Salvador e Ministério Público de Pernambuco.

Enquanto docente trabalhou na Universidade Católica de Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), dentre outras.

No dia 8 de agosto de 2008 tomou posse como titular da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (Sepromi). Dona de uma trajetória respeitável, Luiza é reconhecida como uma das principais lideranças do movimento negro no país.

Fonte: <http://www.mulher500.org.br>



CONFIRMADA: MARIA DO ROSÁRIO - Secretária dos Direitos Humanos

(orçamento vinculado à Presidência; 39 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Maria do Rosário é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual fez mestrado em educação e violência infantil. É especialista em estudos sobre violência doméstica pelo Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo (Lacri/USP).

Maria do Rosário tem 44 anos, e é natural de Veranópolis (RS). Iniciou sua militância no movimento estudantil e no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. Foi vereadora de Porto Alegre por dois mandatos (1993-1999), tendo presidido as comissões de Educação e de Direitos Humanos, além de ser líder do PT e do governo municipal na Câmara.

Como deputada estadual (1999-2003), Maria do Rosário foi presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e vice-presidente da Assembleia Legislativa gaúcha por dois anos. Em 2002, foi eleita deputada federal, sendo reeleita em 2006.

No Congresso Nacional, foi relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Representou a Câmara na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos durante o regime militar e foi presidente da Comissão Especial da Lei Nacional da Adoção.

Desde 2003, coordena a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foi vice-presidente das Comissões de Direitos Humanos e Minorias, e Educação e Cultura. Em 2009, presidiu a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, tendo se destacado, entre tantos temas, por coordenar uma série de debates em todo o Brasil sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020).

Desde 2005, integra a direção nacional do PT. Em 2008, Maria do Rosário foi candidata à prefeita de Porto Alegre. Atualmente é vice-líder da bancada do PT na Câmara Federal, membro titular da Comissão de Educação e Cultura, e suplente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e da Comissão Mista de Orçamento. Integrou a coordenação que elabora o Programa de Governo da candidata Dilma Rousseff na campanha à Presidência deste ano.

Fonte: <http://www.mariadorosario.com.br/index.php>



CONFIRMADA: MIRIAM BELCHIOR - Ministério do Planejamento

(orçamento para 2011: R\$ 16,3 bilhões; 518 cargos de livre nomeação: fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Miriam Belchior está há oito anos no governo federal. Em 2002, ela participou da equipe que

fez a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro governo Lula, Belchior foi assessora especial da Presidência até junho de 2004, quando foi chamada pelo então ministro da Casa Civil, José Dirceu, para desempenhar a função de subchefe de Avaliação e Monitoramento da pasta. No primeiro mandato de Lula, Belchior também auxiliou o governo na integração dos programas sociais.

A futura ministra é a atual coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cuja gestão, a partir do ano que vem, passará para o âmbito do Ministério do Planejamento. Ela era secretária-executiva do PAC quando substituiu na função a presidente eleita, Dilma Rousseff, que coordenava o programa na condição de ministra da Casa Civil.

Oriunda dos movimentos sociais, Miriam Belchior tem 54 anos e iniciou a vida política no ABC paulista. Engenheira de alimentos, formada pela Universidade de Campinas (Unicamp), a futura ministra fez mestrado em Administração Pública e Governamental pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de São Paulo, com a dissertação "A Aplicação do Planejamento Estratégico Situacional em Governos Locais: Possibilidades e Limites - os casos de Santo André e São José dos Campos".

Entre 2001 e 2008, foi professora da Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento de Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), ligada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto.

De janeiro de 1997 a dezembro de 2000, ela foi secretária de Administração e Modernização Administrativa da Prefeitura de Santo André, e, de janeiro de 2001 a novembro de 2002, secretária municipal de Inclusão Social e Habitação. Na Prefeitura de Santo André, coordenou ainda o Programa de Modernização Administrativa, selecionado como uma das 100 melhores práticas públicas do mundo pela ONU em 2000.

Fonte: [Saiba quem é Miriam Belchior, futura ministra do Planejamento](#)



CONFIRMADA: TEREZA CAMPELLO - Ministério do Desenvolvimento Social
(orçamento para 2011: R\$ 43,1 bilhões; 206 cargos de livre nomeação:
fonte: O Estado de S. Paulo, 23/12/2010)

Paulista de Descalvado e formada em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (MG), Tereza Campello tem 48 anos e se diz gaúcha por adoção. Atual coordenadora de Projetos Estratégicos da Casa Civil, Tereza conhece Dilma Rousseff desde o final dos anos 80; as duas fizeram parte do grupo gaúcho que participou da equipe de transição do governo Lula em 2002.

Tereza Campello trabalha desde 1989 em administrações petistas, tendo começando na Secretaria da Fazenda de Porto Alegre. Desde então trabalhou com Olívio Dutra (na prefeitura e no governo) e com os ex-prefeitos Raul Pont e Tarso Genro.

Fundadora do PT, suas primeiras ações na prefeitura, em 1989, foram de ajudar na reforma tributária municipal e nas negociações com servidores que estabeleceram a bimestralidade nos

reajustes.

Fonte: [Veja perfil de Tereza Campello, economista do RS](#)

Leia também: [Com 9 mulheres, Dilma supera 'cota' de Lula, FHC, Collor, Itamar e Sarney \(Portal G1 - 26/12/2010\)](#)

Organizações de mulheres manifestam preocupação com sucessão na SPM em audiência com José Eduardo Dutra

Em audiência com José Eduardo Dutra, coordenador da transição do governo, redes e articulações nacionais feministas* manifestaram preocupação com a forma como a sucessão da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) vem sendo conduzida.

Na ocasião, foi entregue documento endereçado à presidenta Dilma Rousseff, que contém quatro prioridades:

- 1 - a necessidade de fortalecer a SPM como organismo de primeiro escalão e coordenador da política de Estado para as mulheres;
- 2 - os critérios mínimos do perfil da ministra dessa pasta;
- 3 - a urgência de uma reforma política que garanta a igualdade de direitos entre mulheres e homens e o financiamento público das campanhas de mulheres;
- 4 - a participação social no processo orçamentário de construção do PPA (Plano Plurianual).

Foi reafirmado que a ministra Nilcéa Freire continua sendo o nome que conta com maior apoio do movimento de mulheres para permanecer à frente da SPM, e que sua sucessora, caso seja outra mulher, deve ter qualidade equiparável a da atual ministra.

[Leia o documento na íntegra](#)

*Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)

Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)

Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro

Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Organizações de mulheres manifestam preocupação com sucessão na SPM em audiência com José Eduardo Dutra

Em audiência com José Eduardo Dutra, coordenador da transição do governo, redes e articulações nacionais feministas* manifestaram preocupação com a forma como a sucessão da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) vem sendo conduzida.

Na ocasião, foi entregue documento endereçado à presidenta Dilma Rousseff, que contém quatro prioridades:

1 - a necessidade de fortalecer a SPM como organismo de primeiro escalão e coordenador da política de Estado para as mulheres;

2 - os critérios mínimos do perfil da ministra dessa pasta;

3 - a urgência de uma reforma política que garanta a igualdade de direitos entre mulheres e homens e o financiamento público das campanhas de mulheres;

4 - a participação social no processo orçamentário de construção do PPA (Plano Plurianual).

Foi reafirmado que a ministra Nilcéa Freire continua sendo o nome que conta com maior apoio do movimento de mulheres para permanecer à frente da SPM, e que sua sucessora, caso seja outra mulher, deve ter qualidade equiparável a da atual ministra.

[Leia o documento na íntegra](#)

*Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)

Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)

Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro

Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos